

a

TA-133/96

Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 158/76 de 29.12.76 e Termos Aditivos que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-**SANEPAR** e o Município de **CAMPO MOURÃO**, conforme adiante se declara:

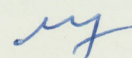
Nesta data comparecem, de um lado o Município de **CAMPO MOURÃO**, representado por seu Prefeito Municipal, **RUBENS BUENO**, e do outro a Companhia de Saneamento do Paraná - **SANEPAR**, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC/MF sob nº 76.484.013/0001-45, com sede à Rua Engenheiros Rebouças, 1376, nesta Capital, neste ato representada por seus representantes legais ao final assinados, para firmar **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão nº 158/76 de 29.12.76 e Termos Aditivos, nos termos da proposta apresentada pela Diretoria Técnica, conforme processo aprovado na Redir de 04.06.96, Ata nº 21/96, nas condições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Este aditamento objetiva estabelecer as condições para a ampliação do sistema de esgotos sanitários de **CAMPO MOURÃO**, através do Programa de Ação Social em Saneamento-PROSEGE, do Ministério de Planejamento e Orçamento, cancelar o Termo Aditivo TA-181/95 de 16.11.95 e definir a conseqüente prorrogação de prazo do contrato por igual período a partir de seu término, para fazer frente aos investimentos ora aditados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O objeto do presente termo consta de 27.856,00 metros de rede coletora de esgotos e respectivas ligações prediais já executadas e 15.564,00 metros de rede coletora de esgotos e respectivas ligações prediais, 6.542,00 metros de interceptores, 1.280,00 metros de linha de recalque, uma estação elevatória e uma estação de tratamento de esgotos, a executar.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Município gestionará por sua inteira responsabilidade junto a Secretaria de Política Urbana, do Ministério do Planejamento e Orçamento, visando obtenção de recursos para execução das obras mencionadas na cláusula segunda.

**CLÁUSULA QUARTA** - Os investimentos a serem realizados estão estimados em R\$ 1.348.098,26 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, noventa e oito reais e vinte e seis centavos), referência orçamentária julho/94.





**CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA SANEPAR** - Cabe a SANEPAR para a consecução do objeto proposto: **a)** analisar os projetos técnicos, e prestar toda a orientação técnica necessária para o bom andamento das obras; **b)** participar do empreendimento a título de contrapartida até o limite de R\$ 604.573,93 (seiscentos e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos), sendo R\$ 65.829,00 ( sessenta e cinco mil oitocentos e vinte e nove reais), correspondente a participação financeira já realizada e R\$ 538.744,93 (quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos) à realizar; **c)** participar financeiramente do empreendimento a título de reajuste, conforme índices divulgados pelo PROSEGE/MPO; **d)** as parcelas financeiras mensais serão pagas no décimo dia após o protocolo das notas de débito na Gerência de Obras da SANEPAR, devidamente atestadas pela fiscalização da SANEPAR; **e)** fiscalizar a execução das obras, com livre acesso as mesmas e poderes para exigir o cumprimento do projeto e especificações exigidas; **f)** realizar mensalmente os serviços de medição das obras executadas, ao custo de 3,83% do valor da fatura, emitindo a correspondente nota de débito contra o Município.

**CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO** - Cabe ao Município para a consecução do objeto proposto: **a)** executar as obras mencionadas na cláusula segunda, de conformidade com as orientações técnicas fornecidas pela SANEPAR; **b)** fornecer e submeter à aprovação da SANEPAR, os projetos técnicos correspondentes; **c)** cumprir com as especificações de serviços da SANEPAR; **d)** assumir total responsabilidade pela execução total da obra, na parte referente a contratos com empreiteiras, seguros, tributos e outros ônus inerentes à sua execução ou decorrentes de qualquer dissídio trabalhista que envolva empregados da executante, se houver; **e)** aplicar somente materiais hidráulicos de conformidade com as normas NBR 5645 (tubos cerâmicos) e NBR 8890 (materiais de concreto) e previamente inspecionados pelo TECPAR; **f)** após a conclusão das obras, doar os sistemas construídos para a SANEPAR, através de termo de doação sem quaisquer ônus, para a exploração dos serviços pela SANEPAR; **g)** efetuar o reembolso do valor atualizado despendido com as obras e mencionado na cláusula quinta em caso de reversão, encampação dos serviços ou rescisão do contrato de concessão; **h)** responder pela solidez da obra nos termos do artigo 1245 do Código Civil Brasileiro; **i)** garantir a implantação de todas as ligações factíveis conforme estabelecido no Código Sanitário; **j)** obrigar os munícipes a executar as ligações de esgoto, exercendo o Poder de Polícia Sanitária inerente ao Município; **k)** assumir o pagamento das contas de esgotos de pelo menos 65% das ligações factíveis, caso não seja atingido esse percentual de venda de ligações.



**Parágrafo único:** em caso de inadimplemento da obrigação prevista no item "j" da presente cláusula, o Município obriga-se a indenizar a SANEPAR proporcionalmente ao número de ligações não realizadas e ao valor do investimento atualizado.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Fica incluída dentre as obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, o de faturar contra os usuários os valores relativos aos serviços de ligações prediais de esgotos a serem executadas, sendo-lhe vedado repassar tais ônus à conta da **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA OITAVA** - O inadimplemento de qualquer uma das cláusulas deste Termo desonerará a outra de suas obrigações.

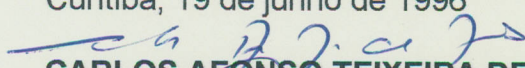
**CLÁUSULA NONA** - Este termo poderá ser rescindido, em caso de superveniência de disposição legal que o torne material ou formalmente impraticável, e também poderá ser denunciado a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

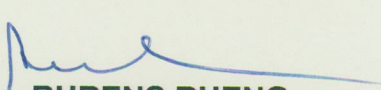
**CLÁUSULA DÉCIMA** - O prazo para a execução do empreendimento será de 07 (sete) meses.

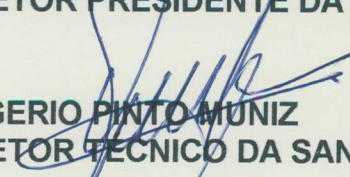
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e Termos Aditivos, que não colidirem com o avençado no presente, permanecem válidas e inalteradas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Para dirimir as questões decorrentes deste Termo Aditivo, as partes elegem o Foro de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por assim se acharem justos e contratados, determinaram a lavratura do presente **TERMO ADITIVO**, que passará a integrar o contrato primitivo e vai assinado pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

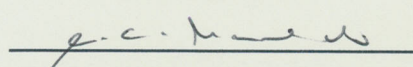
Curitiba, 19 de junho de 1996

  
**CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS**  
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

  
**RUBENS BUENO**  
PREFEITO MUNICIPAL DE  
CAMPO MOURÃO

  
**ROGERIO PINTO MUNIZ**  
DIRETOR TÉCNICO DA SANEPAR

**TESTEMUNHAS:**

  
aam c:\ta.96